



A RELEVÂNCIA DA LINGUAGEM TEATRAL NO APRENDIZADO DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA

Renan Lucas Israel Nascimento da Silva (Autor)¹
Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo (orientadora)²

Categoria: Comunicação oral

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Práticas Pedagógicas

RESUMO

A linguagem artística é utilizada desde os primórdios da sociedade para fins de comunicação e interação social. Esta pesquisa de cunho qualitativo em andamento tem como objetivo abordar a relevância da linguagem teatral em práticas educativas com alunos com deficiência que possuem necessidades educacionais especiais objetivando o desenvolvimento, a comunicação, o aprendizado e a interação social efetiva dos alunos para que possam ter acesso ao conhecimento historicamente acumulado pela sociedade e tenham a oportunidade de aprender a partir da experiência representada pela arte da atuação em peças teatrais, pois Piaget aborda em sua teoria do desenvolvimento da criança que ela aprende segundo a experiência e isso anda em consonância com as legislações brasileiras que tratam a respeito da educação especial.

PALAVRAS-CHAVE: teatro-educação; criança com deficiência; linguagem teatral

¹ Graduando em licenciatura plena em letras língua portuguesa e bolsista do programa institucional de bolsas de extensão pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
renanlsody@gmail.com

² Professora dra. Na faculdade das ciências da educação e coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará UNIFESSPA
luceliaccr@gmail.com



UNIFESSPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ



1. INTRODUÇÃO

Desde o homem da pré-história, é utilizada a arte como forma de comunicação e interação para haver o repasse da mensagem aos demais. Para isso, o homem fazia desenho na parede das cavernas para anunciar o que seria feito a partir daquilo e acreditar que o que foi desenhado seria concretizado. As técnicas vieram modernizando-se ao longo dos séculos e chega-se à Grécia antiga com o surgimento do teatro, onde sua maior função com as suas tragédias e comédias, era a de promover o ato pedagógico na sociedade.

Em vista disso, tem-se hoje essa arte que colabora bastante com as práticas pedagógicas dentro da ambiência escolar com crianças e principalmente com crianças com deficiência, pois Piaget (1973) afirma que elas aprendem a partir da experiência. Além do que é uma ferramenta que desenvolve a capacidade de comunicação e interação social das crianças com deficiência, pois contracenam com outras pessoas, assim mantendo um contato direto. Além disso, o professor passa a conhecer mais o perfil do educando, já que a educação especial e a adequação das práticas são garantidas pela legislação brasileira.

Também, as práticas teatrais vinculadas às práticas pedagógicas despertam a criatividade do educando, fazendo com que ele passe a criar situações e aprenda com a experiência, sendo ela uma realidade representada por meio da linguagem teatral.

Objetiva-se com esta pesquisa abordar o papel que as práticas teatrais desempenham no desenvolvimento de alunos com deficiência para que seus educadores possam adotar de metodologias em que vincule tais práticas dentro de suas práticas pedagógicas, pois são enormes os benefícios que elas trazem para o desenvolvimento dessas crianças, mas esse conhecimento é bastante desconhecido pela maioria dos educadores da educação infantil e básica de escolas públicas e privadas brasileiras.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O educador adota de práticas pedagógicas para poder ensinar aos seus alunos os conteúdos exigidos pelo parâmetro curricular nacional (PCN) que elenca uma série de conteúdos a serem trabalhados nas classes comuns do ensino infantil e básico. Para Mantoan (2011) o aluno tem que se adaptar ao currículo escolar, porém o Brasil possui uma perspectiva inclusiva e não integralista que foi uma perspectiva adotada pela França onde o aluno alvo do atendimento especializado passa por uma formação com o intuito de adaptá-lo à ambiência escolar. Contudo, a inclusão requer adaptação do meio para com o sujeito.

Isso foi assunto de muitos debates, pois há quem se posicione contrário a essa ideia. Devido a isso, mudou-se o termo de adaptação para adequação curricular.

Há uma briga entre o professor da sala comum e o professor da sala de recursos por conta do que é competência de cada um. Mas as literaturas e as legislações mais atuais tratam do ensino colaborativo, onde o professor do AEE e o professor da sala comum devem trabalhar juntos, um auxiliando o outro no que for necessário para diminuir as barreiras do educando com deficiência, a fim de que ele possa ter o acesso aos conteúdos. O atendimento educacional especializado sendo complementar e suplementar aos educandos alvos da educação especial, é importante esclarecer que o AEE não é um reforço e sim um atendimento de atividades que darão possibilidades para que o educando possa se desenvolver em sala comum. (BRASIL, 2011):

^{1º} Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o **caput** serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação. (BRASIL. 2011).

Sendo assim, o educador pode adotar de metodologias que se sustentem no desenho universal de aprendizagem, o qual alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, transtornos mentais, dificuldades de aprendizagem e alunos sem deficiência possam aprender da mesma forma. Isso permitirá que o aluno não se sinta excluído da turma, também faz com que ele entre em maior interação, assim, otimizando o seu desenvolvimento escolar e psicossocial.

E como uma das formas de desenho universal, pode-se adotar de práticas de um teatro pedagógico que vislumbra a partir da encenação dos conteúdos ministrados em sala de aula ou de cenas do cotidiano social, promover o ato do ensinamento. Isso faz com que a criança desperte suas emoções, possibilitando ao professor conhecer mais os anseios do aluno com deficiência, onde esse passará também a criar uma relação mais próxima, assim perdendo o medo e se permitindo mais as experiências.

Salienta-se que desperta a criatividade da criança fazendo com que ela produza conhecimento e que compartilhe com os demais. O teatro sendo uma representação da realidade, desde cedo pode-se trabalhar de maneira mais lúdica com as crianças alguns problemas sociais, instigando-as à construção de posicionamentos, mas esse não é o objetivo maior, apenas uma possibilidade. A criança por extinto possui um “faro” investigativo, portanto o papel do educador é de orientar e auxiliar essa investigação com as crianças com ou sem deficiência.

2.2 TEATRO-EDUCAÇÃO

É sabido que desde a antiguidade clássica, o teatro é utilizado como uma ferramenta pedagógica para ensinar crianças, jovens e adultos, por isso ela é tão importante dentro do cenário da educação brasileira sendo adotadas em práticas pedagógicas adotadas em todos os níveis do ensino, mas é fundamental no desenvolvimento de crianças e notoriamente no de crianças com deficiência.

O teatro vinculado à educação especial possui saltos significativos, pois o professor passa a conhecer muito mais do seu aluno em seus anseios, dificuldades e emoções, além de despertar no educando a capacidade de criação, comunicação e interação com os demais alunos da turma.

2.1.1 LINGUAGEM TEATRAL

A Linguagem teatral é caracterizada pelo drama, palavra proveniente do latim que significa ação,. A arte do atuar é uma linguagem que pode se dizer universal por explorar do seu ator e do expectador a emoção, a “externalização” do sentimento e a fácil comunicação que ela propõe a partir da sua elaboração.

Ainda há outros elementos que caracterizam a linguagem teatral, bem como é uma história que é narrada a partir da encenação de pessoas em um conjunto de falas, gestos, expressões faciais, expressões corporais e um cenário, mas esse ultimo não se faz tão necessário. Dentro da linguagem do teatro pedagógico, o objetivo é levar por meio dessa linguagem os diversos temas com uma abordagem mais simples para que as crianças possam ascender ao conhecimento e o ensinamento que essa arte deseja transmitir e isso torna-se muito efetivo quando dentro das instituições de ensino vincula-se ao currículo do aluno, sendo aplicada em todas as disciplinas desse.

2.1.2 INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Como as artes cênicas permitem que o indivíduo viva uma realidade encenada diferente da sua realidade, é necessário que ele tenha contato com a identidade construída dentro da personagem para que possa conhecer a personalidade distinta da sua e compreender que essa está inserida em um contexto onde ela fará parte assim, viverá uma outra cultura, outros costumes, outras ideias, outra maneira de visualização do mundo a partir da visão da personagem, outros sentimentos e sensações; por exemplo, trataremos de um enredo sobre a chegada da Monarquia portuguesa ao Brasil em 1608, o aluno passará a absorver o conteúdo a partir da experiência e a socializar com os demais. Muitas vezes, nos bastidores, é iniciada essa interação: com a troca de figurinos, ensaios, ajudas cênicas e fora da ambiência pedagógica-teatral, onde é mais notório os benefícios que as práticas teatrais promovem. Além disso, trazem mais segurança, aumentando a autoestima dos alunos com deficiência, desenvolve habilidades e proporciona ganhos significativos na interação social.

2.3 APRENDIZADO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

É imprescindível desmistificar a ideia de que a pessoa com deficiência não aprende alguma coisa. O que é fato é que as crianças com deficiência possuem necessidades educacionais especiais, sendo necessário adequar as práticas pedagógicas dos professores em sala de aula, tal afirmação é encontrada na LDB EM SEU ARTIGO 59, PRIMEIRO INCISO: (BRASIL, 1996) “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;”, ou seja, é dever do educador rever a sua metodologia de ensino a fim de que possa adotar de uma nova que contemple a educação do educando com deficiência.

As crianças com deficiência são dotadas de capacidades e habilidades para terem acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela sociedade, mas devido às suas limitações, por hora esse aprendizado pode ser mais lento, porém o importante é oferecer condições porque quando há a oferta disso, a limitação deixa de existir, pois a barreira que havia foi ultrapassada.

3. RESULTADOS E DISCURSÃO

3.1 HISTÓRICO DO TEATRO

O teatro tem seu surgimento na Grécia antiga com objetivo de um ato pedagógico com a população grega, demonstrava o que poderia acontecer se qualquer indivíduo fosse de contra a vontade dos deuses, pois era considerado sagrado. Divide-se em tragédias e comédias, onde a primeira representava o homem que seguia o destino traçado pelos deuses, já a segunda representava a fuga do homem do caminho traçado pelos deuses e suas consequências. Um fato curioso é o de que apenas homens encenavam e com máscaras, isso se dava pelo fato de que as mulheres não eram cidadãs.

No teatro romano, não se trabalhava dessa forma, era com o intuito de divertir o povo com a política do pão e circo, onde cristãos eram mortos como atração. Na idade média, os espetáculos aconteciam durante as missas, onde se representavam as histórias da bíblia, mas depois foi à rua e com isso, na era do renascimento cultural, o teatro ganhou a aceitação da rainha Elisabete e passou a ser mais erudita.

No realismo, passa a abordar temas relacionados a burguesia que retrata mais esse seu cotidiano, já que o teatro ganha ares mais eruditas e é deixado de ser frequentado pela massa. Hoje, depois de uma série de transformações, o teatro

possui um grande apanhado de conhecimento e de temáticas que são abordadas, dentro da política, cultura, religião, educação e as mais diversas possíveis.

3.2 DAS LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS DE INCLUSÃO

Em outubro de 1988, foi promulgada a nova constituição Federativa do Brasil e em seu artigo 208, trata dos direitos da pessoa com deficiência à educação, trata do atendimento educacional especializado a elas. Contudo, isso não foi necessário para defini à garantia dos seus direitos educacionais, sendo necessária dentro da lei de diretrizes e bases da educação brasileira (lei nº 9394 LDB) que em vários artigos aborda a educação especial voltada às pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, sendo necessária a adequação das metodologias e práticas pedagógicas dos professores da educação infantil, básica e superior (BRASIL, 1996):

“Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. [\(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (BRASIL. 1996).

Além disso, há a lei brasileira de inclusão (lei nº 13164 LBI) que especifica a respeito dos direitos e dos deveres das pessoas com deficiência. A LBI define

muitos pontos relevantes do atendimento educacional a esse público, (BRASIL, 2015):

“A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.” (BRASIL. 2015).

Nesse sentido, ainda há o decreto do atendimento educacional especializado (decreto nº 7611 AEE) que determina o público alvo do atendimento e apresenta algumas metodologias de abordagem para com as pessoas alvo do AEE. (BRASIL, 2011):

“A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL. 2011).

3.3 DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E O TEATRO

Piaget (1973) afirmou que as crianças aprendem segundo a experiência, a onde isso revela um cenário em que práticas teatrais podem ser vinculadas ao ato de ensinar do professor.

Para Piaget (1973 -1975) a construção do conhecimento se dá por meio de uma sequência de ações sensoriais e cognitivas, onde a criança está em interação com o meio. Piaget afirma que esse processo é um desenvolvimento que se dá em três períodos: a inteligência estrutural, a inteligência de função e a inteligência de

conteúdo, sendo assim, pode-se concluir que o processo de inteligência se dá pela interação do sujeito com as experiências, onde elas formarão as atividades no plano cognitivo.

Sampaio (2014) descreve que a aprendizagem teatral e a formação cênica sendo um processo pedagógico e artístico propicio a essas construções, entende-se que as colaborações da pedagogia para a arte e as da arte para a pedagogia são extremamente aproveitadas nos dois contextos, assim congregando o valor das duas para que juntas sejam uma ferramenta de ensino e aprendizagem.

3.4 DOS RESULTADOS

Com isso, a partir da experiência encenada por meio da linguagem artístico-teatral, observa-se que o educando com deficiência apresenta saltos significativos dentro da ambiência escolar, pois permite ao educador e aos seus colegas de turma maior interação, onde eles passam a ajudar mais nas limitações desse aluno com deficiência. Em prol disso, torna-se mais visível os seus sentimentos e anseios, assim dando possibilidades de adequação da metodologia utilizada pelo professor em sala de aula.

Além disso, nota-se uma maior facilidade no aprendizado desses alunos para com o conteúdo da matriz curricular de sua escola por conta de que com a encenação desses, a realidade se torna mais próxima deles e o processo de assimilação é facilitado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que o educador ao fazer a adoção de práticas pedagógicas vinculadas à linguagem e práticas teatrais, permite ao educando maiores possibilidade de acessar ao conhecimento e aos conteúdos da base comum curricular que é

estabelecida pelo PCN. O objetivo não é de encerrar a abordagem da relevância dessas práticas com as crianças com deficiência, mas a de elencar dados que são pouco pesquisados e que há um grande desconhecimento por parte dos educadores a respeito dessas informações que otimizam o conhecimento de sua turma por se tratar de um desenho universal de aprendizagem em que todos possam aprender a partir daquela abordagem.

As teorias piagetianas foram fundamentais para o sustento desse ponto de vista, pois observou-se que em uma sequência de ações para a construção do conhecimento, é indispensável a criança passar pelas experiências, sendo assim, em constante vivência nos contextos sociais. Mas a proposta de representação da realidade por meio de peças teatrais é relevante ao ponto de que as crianças vivenciam outras realidades por meio do teatro e passam a interagir mais com seus colegas de turma, assim possibilitando uma avaliação mais aprofundada e positiva do educador para com o educando com deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases Nacional. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 de junho de 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 08 de ago. de 2017.

CAMARGO SAMPAIO, J.C. **Teatralidades**: da imagem ao sujeito biopolítico. Palmas: UFT/EDUFT, 2014.

CAVASSIN, J. Perspectivas para o teatro na educação como conhecimento e prática pedagógica. Paraná: **R.cient./FAP**, Curitiba, v.3, p.39-52, jan./dez. 2008

Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 17 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011%202014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 06 de ago. de 2017.

FLAVELL, J.H. **A psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1996. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/esporte/historia-do-teatro-no-brasil-e-no-mundo/50069>> acesso em: 31 de ago. de 2017.

MANTOAN, Conversação entrevista. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://youtube/nCOXg4v2ips>>. Acesso em: 31 de ago. de 2017.